

MAIS QUE UM, MENOS QUE DOIS

Carla Rodrigues

UFRJ/FAPERJ

carla.ifcs@gmail.com

Há certos livros que, por caminhos estranhos, mesmo depois de muito consultados, lidos e citados, terminam por adormecer no fundo da estante, compondo a nossa biblioteca mais pelo que já nos disse no passado do que ainda é capaz de nos capturar no presente. Talvez porque tratem de questões que passamos a incorporar, de tal modo que se tornam premissas quase tão ocultas quanto o exemplar de difícil localização na prateleira. “S/Z”, de Roland Barthes, é um desses títulos que, por um bom tempo, me tomou nas suas questões textuais mas que, a partir de certo momento, se tornou uma referência esquecida – aqui considerando o esquecimento ao modo nietzscheano, aquilo que, uma vez bem digerido, torna-se nosso *como se* fosse próprio. Uma recente conversa com a professora Anamaria Skinner (UFRJ) me fez voltar à introdução do livro e ali reencontrar: “(...) ao mesmo tempo em que nada existe fora do texto, nunca há um todo do texto: é necessário simultaneamente liberar o texto de seu exterior e de sua totalidade” (Barthes, 1992, p. 40). Liberar o texto de sua totalidade é, em grande medida, reconhecer os elementos externos que o constituem, as vozes que ali participam, fazendo-se autora não mais da totalidade, mas talvez de uma experiência de orquestração. É mais ou menos assim, como se fosse o ensaio de um pequeno conjunto de cordas, mais ou menos tensas, mais ou menos afinadas, que pretendo conduzir esse texto.

Começo pelo título, elemento que, ao anunciar algo, compromete quem escreve com um endereçamento, de tal modo que defendê-lo, justificá-lo, apresentá-lo, é trazê-lo para dentro do texto, impedindo que o título pretenda ocupar qualquer lugar fora-texto. “Mais de um, menos de dois” não é uma expressão original minha. Tomei emprestado do psicanalista Gabriel Tupinambá numa de nossas muitas conversas sobre o sofrimento psíquico na universidade, seus efeitos, os cuidados possíveis, os limites do tratamento, seja pela clínica, seja pelas abordagens institucionais ou alternativas.¹ Livros – mas também

¹ Indico a palestra de Gabriel Tupinambá em que ele apresenta sua formulação e agradeço a leitura e as contribuições para esse texto (<https://www.youtube.com/watch?v=5e-PditEzes&t=7168s>).

artigos e ensaios – são como cartas endereçadas aos amigos, como descreve Peter Sloterdijk (2000). Talvez esse ensaio não seja mais do que uma tentativa de endereçar a Tupinambá questões sobre essa fórmula do impossível, cujos desdobramentos ficaram mais explícitos no desenvolvimento da Oficina Acadêmica, projeto composto principalmente por alunos e pesquisadores de universidades públicas, que funciona como um dispositivo de organização e mobilização de diferentes redes de apoio ao mal-estar na academia: conversa, tutoria para trabalhos e projetos, revisão e formatação de texto, e atendimento com psicanalistas.²

UNIVERSIDADE COMO VALOR

Está estabelecida uma doxa – para recuperar uma expressão que ocupa lugar central na argumentação de Barthes – segundo a qual ingressar na universidade pública brasileira é um privilégio. Posso argumentar que, na velha tradição dos bacharéis, ter um diploma é distinção social e cultural, se eu quiser falar como Pierre Bourdieu; é promessa de ingresso no mercado de trabalho e, mesmo que numa relação de causa e efeito pouco consistente, chance de que a educação seja a via de superação do abismo de desigualdades que esse país experimenta na sua história, ainda que a prática possa se mostrar distante desse ideal.³ Há no sintagma “universidade pública” pelo menos dois problemas: na prática, as instituições federais de ensino superior não são nem universais nem públicas. Bem ao contrário, abrem suas portas apenas aos que conseguiram acesso a uma boa formação básica e têm em seu público-alvo uma parcela muito específica e restrita da juventude.

² O apoio à Oficina Acadêmica no laboratório de pesquisa “Filosofias do Tempo do Agora (UFRJ/CNPq) faz parte do projeto de pesquisa “Judith Butler: do gênero à violência de estado”, Jovem Cientista do Nosso Estado, Faperj (2018/2020), do qual esse texto também é integrante.

³ A este respeito, considero fundamental a referência ao trabalho de Carlos Costa Ribeiro (2009) sobre mobilidade social pela via da educação. Cito esse pequeno trecho, exemplar: “As chances de se adentrar e de completar a universidade são desiguais em termos raciais e de classe. Veja-se um exemplo: filhos de profissionais têm 15 vezes mais chances de entrar na escola do que filhos de trabalhadores rurais, ao passo que brancos têm 3 vezes mais chances do que não-brancos de fazê-lo. Há desigualdade de oportunidades educacionais tanto em termos de classe de origem quanto de raça, embora a primeira seja mais forte do que a segunda. Para ingressar na universidade, filhos de profissionais têm 4 vezes mais chances do que filhos de trabalhadores rurais; e brancos têm 2 vezes mais chances do que não-brancos. Em suma, no início da carreira escolar, a desigualdade de classes é muito mais forte do que a de raça, ao passo que, nos níveis educacionais mais elevados, os dois tipos de desigualdade diminuem em relação ao que ocorre nas primeiras transições e se tornam mais semelhantes. Assim, nas transições educacionais de níveis mais altos, as desigualdades de raça e de classe têm magnitudes semelhantes” (p. 173).

Políticas afirmativas – que começaram em experiências isoladas, como a Uerj e a UnB⁴ para só depois se tornarem lei nacional – têm promovido o ingresso na universidade via diferentes combinações de cotas para pessoas negras, pessoas pobres, pessoas oriundas de escolas públicas, pessoas indígenas e, mais recentemente, para pessoas portadoras de deficiências.⁵ Nas últimas décadas, entrar na universidade pública tornou-se ao mesmo tempo um desejo e um imperativo para um grande contingente de pessoas para as quais o ensino superior não existia como possibilidade. Some-se a essa combinação entre desejo e dever o diagnóstico de encurtamento do horizonte de expectativas de futuro – signo, por excelência, da educação – e começo a chegar mais perto da formulação “mais que um, menos que dois”.

Antes de chegar a essa aproximação, gostaria de visitar um pequeno trecho de *A nova razão do mundo*, em que Pierre Dardot e Christian Laval, no contexto do debate sobre as configurações do sujeito neoliberal, escrevem:

O que se designa no mais das vezes com o termo equívoco de ‘individualismo’ é remetido ora a mutações morfológicas, segundo a tradição durkeimiana, ora à expansão das relações mercantis, segundo a tradição marxista, ora à extensão da racionalização a todos os domínios da existência, segundo uma linha mais weberiana (Dardot & Laval, 2016, p. 322).

Na linha mais weberiana, convoco os sociólogos franceses Luc Boltanski e Ève Chiapelo, cuja inspiração em Max Weber ecoa desde o título: *O novo espírito do capitalismo*, uma espécie de sucessor do clássico *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (Weber, 2004). Em um levantamento exaustivo em manuais de reengenharia das empresas, eles encontram significantes como “projetos transversais”, “redes horizontais”, “times de trabalho”, “compartilhamento” e percebem que houve uma coincidência entre a falência da crítica ao capitalismo e a emergência de novos valores no mundo trabalho, exatamente os mesmos valores que haviam sido positivados nas revoluções culturais do final dos anos 1960.

O que emergira como instrumento de crítica às estruturas hierárquicas estava reificado e emprestava novos contornos à exploração da mão-de-obra, cuja adesão à mobilidade, flexibilidade, remuneração variável e trabalho remoto se apresenta como uma

⁴ Para uma excelente recuperação dos debates sobre a implantação da política de cotas nas universidades, recomendo Segato, 2005.

⁵ Para a íntegra da lei, promulgada em âmbito nacional em 2012, ver http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm

oferta imposta de liberdade.⁶ Trata-se de incentivar condutas adequadas para situações de instabilidade, fluidez e contínua reengenharia, numa coincidência entre a falência da crítica e a astúcia capitalista em se apropriar dos valores que se positivaram num processo de contestação (Safatle, 2009). Some-se a isso a experiência de compressão espaço-tempo diagnosticada por autores como David Harvey (2001) e Richard Sennet (2003) e temos um conjunto de fatores que reiteram os argumentos de Dardot & Laval.

Na sequência do trecho acima citado, depois de indicar as linhas que se entrelaçam nas concepções de individualismo do século XX, os autores vão buscar as características que poderiam distinguir o sujeito neoliberal ou o *neossujeito*: “Trata-se de governar um ser cuja subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade que se exige que ele cumpra. Para isso, deve-se reconhecer nele a parte irreduzível do desejo que o constitui” (Dardot & Laval, 2016, p. 327). Desejo que também pode ser desejo de reconhecimento, questão a que retornarei a seguir. Por enquanto, estou de volta à universidade pública, agora com a noção de *neossujeito*, para ensaiar algumas ideias sobre as questões que envolvem a intricada teia – nem sempre explícita – entre a abertura da universidade pública no Brasil e o estímulo aos modos neoliberais de gestão da vida.

Observo que, além da política de cotas, houve outras transformações fundamentais no acesso à universidade, como a criação do Enem, que ofereceu ingresso a pessoas fora dos grandes centros urbanos, numa mobilidade espacial combinada com o incentivo ao ideário de que uma nova classe de jovens enfim teria oportunidades no ensino público gratuito de graduação e pós-graduação. Muitos fatores contribuíram para que, aos ingressantes nas universidades, fosse oferecido desde o início um duplo projeto: o sucesso da entrada e o insucesso da evasão, com a data de saída já mais ou menos marcada pelo fracasso individual, transformado em falha moral e em sofrimento psíquico. É um arranjo bem orquestrado, em que a transferência do problema ao indivíduo isenta Estado e instituição da responsabilidade de executar a mais difícil das sinfonias, as condições de permanência na universidade, responsabilidade exclusiva do indivíduo.⁷ Cada aluno que engorda as estatísticas de evasão escolar adoece, imprensado entre a expectativa alta demais e o fim programado, como são programadas as obsolescências dos dispositivos eletrônicos.

⁶ A este respeito, permito-me referir ao ensaio “Os nomes do capital” (Rodrigues, 2011).

⁷ Não ignoro nem desconheço os inúmeros esforços de oferta de bolsas de permanência e de projetos de escuta do sofrimento psíquico por parte de instituições públicas de ensino. Apenas insisto em apontar o perverso caráter de responsabilidade individual em que recaem as melhores intenções.

Mais que um, menos que dois é, na fórmula de Tupinambá, outra maneira de dizer que o aluno da universidade pública brasileira hoje faz parte de mais de um mundo – tendo acrescentado a universidade à família de origem – e de menos de dois, dada a sua impossibilidade de inserir-se, de fato, dentro do universo acadêmico, com suas regras, restrições e privilégios de saber. Essa divisão traz um grau a mais de sofrimento: é imperativo corresponder às formas específicas de sofrer, a uma gramática de sofrimento que possa ser reconhecida em cada um desses dois mundos. Sujeitos que circulam entre essas duas cenas não necessariamente são capazes de manter uma independência completa entre elas. Penso, por exemplo, na jovem negra que é a primeira da família a não seguir o roteiro de serviços domésticos ao qual estiveram historicamente destinadas as mulheres negras. Como parte dessa emancipação necessária, ela passa a confrontar, na universidade, as mulheres brancas com as quais convive e que dispõem desses serviços domésticos, apontados por ela como um ranço do fim não concluída da estrutura de escravidão. Essa mesma jovem negra tem em casa mãe, tia e avó que ainda são empregadas domésticas, o que torna difícil, senão impossível, que ela sustente, no espaço familiar, a mesma posição de defesa do fim desse tipo de exploração. É possível identificar assim mais uma fonte de sofrimento: a alienação em relação aos meios de sofrer daquilo que nos faz padecer. É nesse sentido que uma certa abordagem psicanalítica, não por acaso um dos eixos organizadores do projeto Oficina Acadêmica, pode ser central na articulação entre formas de sofrimento e reconhecimento dessas formas de sofrimento.⁸

A matemática de Tupinambá, criada para abordar a condição de sofrimento psíquico desses sujeitos na universidade pública, também servirá para minha tentativa de reflexão acerca de alguns aspectos do funcionamento da universidade pública. Como instituição, a universidade faz parte de mais de um mundo – o da educação, sua família de origem – e de menos de dois, já que sua lógica está cada vez mais acoplada ao mundo do mercado, ao qual de fato nunca chega a pertencer completamente, pela sua própria condição. É como se, assim como acontece com as ideias, a universidade também estivesse fora do lugar, ela também integrante do sistema de ambiguidades do ideário burguês identificado por Roberto

⁸ A esse respeito, considero pertinente pontuar o modo como o psicanalista Christian Dunker aborda o problema: “Nossa hipótese é que um possível conceito psicanalítico de sofrimento deve responder essencialmente a três condições. A primeira delas é que o sofrimento seja pensando no quadro de uma teoria do reconhecimento, estabelecendo, por exemplo, a linha de corte entre o sofrimento que deve ser suportado como necessário e o sofrimento que é contingente e pode ser modificado. Nesse sentido, todo sofrimento contém uma demanda de reconhecimento e responde a uma política de identificação” (Dunker, 2015, p. 219).

Schwarz (2014).⁹ Ou seja, haveria na universidade uma diferença irreduzível entre sua forma institucional elitista e sua abertura a contingentes de população que pela primeira vez ali chegam e se deparam com dificuldades que, não apenas não havia sido possível antecipar, mas sobretudo sobre as quais parece impossível denunciar sem sentir-se traindo o privilégio de enfim pertencer a um projeto de emancipação.

É espantoso, por exemplo, que algumas décadas antes do “Future-se” (que podia também ter sido nomeado de “Vire-se”), a pesquisa brasileira tenha sido normatizada por métricas de produtividade quantitativa às quais supostamente correspondem maior possibilidade de acesso a recursos financeiros e humanos, numa lógica compatível com o diagnóstico de Dardot & Laval:

(...) o efeito procurado pelas novas práticas de fabricação e gestão é fazer com que o indivíduo trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si mesmo (...) Ele deve trabalhar para sua própria eficácia, para a intensificação de seu esforço, como se essa conduta viesse dele próprio, como se esta lhe fosse comandada de dentro por uma ordem imperiosa de seu próprio desejo, à qual ele não pode resistir. (Dardot & Laval, 2016, p. 327)

Fazer ciência no Brasil tem sido, antes de tudo, empreender-se como cientista, com uma das mãos somando pontos no currículo lattes, com a outra tentando cumprir as exigências dos editais de agências financiadoras. Nesse ponto, o sofrimento psíquico do corpo discente poderia se encontrar com o adoecimento do corpo docente nos seus sintomas mais variados: alienação e trabalho; melancolia e messianismo; estresse e empreendedorismo. Mais que um sintoma, menos que dois, se pensarmos que o segundo significantes da pequena série ora elencada se apresenta como necessidade, salvação ou entrega inevitável à vontade de realização pessoal. Aqui, a dialética das ideias fora do lugar pode ajudar a articular a pessoalidade dos sintomas (alienação, melancolia e estresse) com a impessoalidade das tentativas de solução (trabalho, messianismo, empreendedorismo), oferecendo alienação ali mesmo onde a demanda é de reconhecimento.

⁹ “Ao longo de sua reprodução social, incansavelmente o Brasil põe e repõe ideias europeias, sempre em sentido impróprio”, escreve Roberto Schwarz (2014, p. 62), o que nos levaria a pensar que a universidade, como ideia europeia, não poderia estar totalmente fora desse diagnóstico.

REDENÇÃO E RENDIÇÃO

Se, como eu anuncio com Barthes, não há um todo do texto, e se, como eu argumento, o título é um dos elementos que explicita essa impossibilidade da totalidade do texto, cada subtítulo em alguma medida repete a função do título, indicando ao mesmo tempo a ruptura com a totalidade e fazendo ligações entre as partes que devem compor o arranjo da escritura. Sob a rubrica aqui anunciada, pretendo me encaminhar para o final esboçando uma articulação entre o desejo de reconhecimento que anima certas políticas identitárias e o modo como Dardot & Laval fazem a crítica ao funcionamento do desejo na racionalidade neoliberal.

Um elemento de perversão a mais na fórmula “mais de um, menos de dois” é o fato de que as políticas de inclusão na universidade vêm acompanhadas de uma adesão a políticas identitárias, que chegaram ao Brasil depois do fracasso do multiculturalismo ter se espalhado em território estadunidense. Reduzido ao recurso ao “politicamente correto”, sustentado num conceito de tolerância que mantém a hierarquia entre quem tolera e quem é tolerado, a política identitária tem se apresentado ora como mero elogio à diversidade, ora como reparação de injustiças do passado, que faz com que os movimentos políticos subvertam a direção do olhar. No novo tempo do mundo, como no título de Paulo Arantes, na experiência de presente alargado sem horizonte de expectativas para o futuro, voltar-se para o passado em busca de justiça torna-se a grande bandeira emancipadora, carregada de uma carga melancólica que pesa sobre os sujeitos, responsáveis por vencer, ou pior, destruir, a força da opressão histórica da cultura. Ter voz onde ninguém antes teve voz. Ter lugar (de fala) onde ninguém antes teve lugar (de fala), ser representativo, no exato momento em que o ideal de representação é um projeto fracassado, carregar a responsabilidade individual de produzir superação total ali mesmo onde a totalidade está barrada, ferida não apenas pela indeterminação, mas também por uma inevitável oscilação.

Integrar uma comunidade acadêmica – para usar um clichê que carrega nele mesmo um sintoma de exclusão – exigiria o apagamento do identitário em nome de uma identidade coletiva, o que mais uma vez nos levaria a nos contabilizar em termos de mais de um, menos de dois.¹⁰ Os sujeitos das políticas identitárias, no entanto, estão na maioria das vezes sustentados pelo ideal de eliminação de qualquer tipo de oscilação, já que a esse sujeito identitário a política pretenderia oferecer garantias de autoidentificação e

¹⁰ Sobre distinções necessárias entre identidade, identitário e identificação, permito-me referir a “Identificação, identidade, identitário e alguns mal-entendidos” (Rodrigues, 2019).

autoafirmação que passariam pela perspectiva de reconhecimento de uma identidade que se estabelece como redenção contra um passado tão universalista quanto excludente.

É com o significativo reconhecimento que pretendo retornar ao problema da racionalidade neoliberal e de sujeitos movidos pelo desejo que, ao longo do século XX, foi deslizando e tornando fonte do enfraquecimento ontológico do sujeito.

Na medida em que desejamos, desejamos de duas formas que se excluem mutuamente; ao desejar algo, nos perdemos de nós mesmos; ao desejar o “eu”, perdemos o mundo. Nesta etapa da encenação do desejo, parece que a consequência é um empobrecimento inaceitável: seja como narcisismo, seja como fascinação com o objeto, o desejo se encontra diante de si mesmo, contraditório e insatisfeito (Butler, 1999, p. 34).

A exclusão mútua a que Judith Butler se refere, comentando a estrutura do desejo em Hegel, tem lógica análoga à fórmula “mais que um, menos que dois”, trazendo para esse ensaio um desequilíbrio que torna-se intrínseco ao sujeito na sua relação com o desejo e que será estabilizado na racionalidade neoliberal: “As novas técnicas de ‘empresa pessoal’ chegam ao cúmulo da alienação ao pretender suprimir qualquer sentimento de alienação: obedecer ao próprio desejo ou ao Outro que fala em voz baixa dentro de nós dá no mesmo” (Dardot & Laval, 2016, p. 327).¹¹ Ao próximo passo os autores vão chamar de “racionalização do desejo”, ponto que toca o problema da política identitária, cuja oferta é de racionalização do desejo de reconhecimento, *como se* todo reconhecimento fosse sempre e apenas reconhecimento positivo e *como se* a luta por reconhecimento não comportasse, ela também, uma necessária oscilação entre vulnerabilidade e resistência, entre agenciamento e vitimização. Aqueles que experimentam sofrimento psíquico na tentativa de permanência na universidade, no entanto, saberiam bem descrever a experiência de reconhecimento negativo, sintetizada numa frase que leio na expressão de espanto no olhar de muitos dos/as alunos/as. “Estou aqui e não tem lugar para mim aqui”, aporia que muitas vezes também me assombra como professora, faz com que eu confirme aquilo que o projeto Oficina Acadêmica constatou ao recrutar voluntários/as: os que se apresentam para oferecer ajuda estão, na verdade, procurando ajuda.

A universidade fora do lugar é adoecedora, seja pelo aspecto do lugar impossível que ela oferece, seja pelo aspecto de ser útil ao empreendimento de si descrito por Dardot

¹¹ Suprimi a continuação da citação em que os autores criticam a categoria do desejo em Lacan. A supressão é proposital e justificada por pelo menos dois argumentos: não haveria espaço para discutir a interlocução que eles estabelecem com Lacan, nem me parece que seja o problema principal que estou abordando aqui. O modo de compreensão da ética do desejo na psicanálise lacaniana é objeto de inúmeros debates e seria leviano reduzi-los a uma nota de rodapé.

& Laval como “governamentalidade empresarial”, num desdobramento do conceito foucaultiano de governamentalidade (Foucault, 2008). Tem sido também fonte de sofrimento a ruptura entre os corpos – docente e discente – que ocupam o mesmo espaço, só que em disputa. Há uma crescente disjunção nos laços entre alunos/as e professores/as, relação que cada vez mais tem sido capturada pelo regime de concorrência que caracteriza a racionalidade neoliberal e consequência, entre tantas outras coisas, da instalação do *neossujeito* ali onde havia institucionalidade e da reivindicação de reparação pelo passado ali onde havia promessa de horizonte de futuro.

Como havia anunciado desde a introdução, talvez esse ensaio não seja nada além do que uma tentativa de fazer funcionar seu título, que não é meu, impropriedade intrínseca à concepção de escritura em Barthes, minha inspiração inicial. Mais que um, menos que dois pode ser também o resultado dessa conta que não fecha: se alunos/as e professores/as se estabelecem em campos opostos, o único elemento bem distribuído nessa fórmula é mais sofrimento psíquico. Nesse contexto, poderia concluir ecoando autor que, desde a minha formação em Filosofia na PUC-Rio, tem sido uma voz filosófica que participa, direta ou indiretamente, daquilo que escrevo. Foi com o pensamento da desconstrução, tal qual proposto por Jacques Derrida, que afinei a capacidade de crítica, que pode se voltar, inclusive, à universidade como instituição cuja abertura incondicional permite que ela também seja objeto de interrogação. É sobre essa abertura incondicional que se assenta sua formulação aporética “universidade sem condição”:

(...) se essa incondicionalidade constitui, em princípio e *de jure*, a força invencível da Universidade, ela nunca foi, de fato, efetiva. Em razão dessa invencibilidade abstrata e hiperbólica, em razão de sua impossibilidade mesma, essa incondicionalidade expõe também uma fraqueza ou uma vulnerabilidade. Ela exhibe a impotência da Universidade, a fragilidade de suas defesas perante os poderes que a comandam, assediam-na e tentam dela se apropriar. Porque é estranha ao poder, a Universidade é igualmente desprovida de poder próprio (Derrida, 2003, p. 20).

A citação faz parte de uma conferência proferida por Derrida em Stanford em 1998 e a universidade sem condição a que ele se referia era a que pretendia ser privatizada e dominada por interesses empresariais. Depois deste trecho, ele continua sua argumentação observando que a universidade é como uma “cidadela exposta” que, por não acatar a imposição de condicionalidades, pode também se render “sem condição”. Essa rendição talvez seja como a fórmula de Tupinambá que tomei de empréstimo: não chegar a pertencer a mais de um mundo, estar condicionado a pertencer a menos de dois.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, P. 2014. *O novo tempo do mundo*. São Paulo : Boitempo Editorial.
- BARTHES, R. 1992. *S/Z*. Tradução Leá Novaes. Rio de Janeiro : Nova Fronteira.
- BUTLER, J. 1999. *Subjects of desire*. Nova York: Columbia University Press.
- DARDOT, P. & Laval, C. *A nova razão do mundo – ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução Mariana Echalar. São Paulo : Boitempo Editorial, 2016.
- DERRIDA, J. 2003. *A universidade sem condição*. Tradução Evando Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade.
- DUNKER, C. 2015. *Mal estar, sofrimento e sintoma*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- FOUCAULT, M. 2008. *O nascimento da biopolítica*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- HARVEY, D. 2010. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 10.ed. Edições Loyola: São Paulo.
- RIBEIRO, C. C. 2009. *Desigualdade de Oportunidades no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Argumentum.
- RODRIGUES, C. 2011. “Os nomes do capital”. Revista Serrote n. 9. São Paulo: IMS, 2011.
- RODRIGUES, C. 2019. “Identificação, identidade, identitário e alguns mal entendidos”. In: COSSI, R. *Faces do sexual: fronteiras entre gênero e inconsciente*. São Paulo: Aller Editora.
- SAFATLE, V. 2008. *Cinismo e falência da crítica*. São Paulo: Boitempo.
- SCHWARZ, R. 2014. *As ideias fora do lugar*. São Paulo: Penguin/Cia das Letras.
- SEGATO, R. L. 2005. “Raça é signo”. Série Antropologia nº 372. Brasília: UnB.
- SENNET, R. 2003. *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Tradução Marcos Santarrita. 7.ed. Rio de Janeiro: Record.
- SLOTERDIJK, P. 2000. *Regras para o parque humano – uma resposta à carta de Heidegger sobre o Humanismo*. Tradução José Oscar de A. Marques. São Paulo: Estação Liberdade.
- WEBER, M. 2004. *A ética protestante e o ‘espírito’ do capitalismo*. Edição de Antonio Flavio Pierucci. Tradução José Marcos Mariani Macedo. São Paulo: Cia das Letras.